

Expressões de violência e intolerância no discurso dos programas policiais

Ruth Vasconcelos ¹

Alice Maria Marinho Rodrigues Lima ²

Núbia Michella Clementino da Silva ³

O lugar central que os meios de comunicação, particularmente a televisão, têm ocupado na produção da vida social, definindo dinâmicas e referenciais valorativos para a sociedade, exige de nós, cientistas sociais, reflexões e análises cuidadosas que possam dimensionar o potencial de interferência desse veículo na práxis social e política expressas no cotidiano das sociedades modernas.

Partimos do pressuposto de que os meios de comunicação influenciam a construção da realidade social, na medida em que as representações expressas no espaço midiático definem modelos de percepção e comportamentos entre sujeitos que ocupam os mais variados lugares no contexto social. É muito comum, e até esperado, que os sujeitos reproduzam as análises e avaliações interpretativas construídas pelos veículos de comunicação. Subscrevemos, então, o argumento de Mariane (2000) quando afirma que *“se não repetimos uma interpretação, pelo menos somos agendados a pensar em determinadas questões, ou a pensar de determinado modo, nos fatos colocados em evidência pelo jornal”* (2000, pág. 111). A referida autora afirma que os meios televisivos são *“instrumentos de criação da realidade”*, na medida em que *“tanto certos acontecimentos podem virar notícia, como determinadas notícias criam o acontecimento”* (Idem). Assim, ao processar informações, traduzindo-as, interpretando-as e transmitindo-as à população, os meios de comunicação terminam por se tornar um poderoso veículo de intervenção social, já que são

¹ Profª do Departamento de Ciências Sociais da UFAL e Membro do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas.

² Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFAL, Bolsista de Iniciação Científica do Programa do PIBIC/CNPq e Membro do NEVIAL – Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas.

³ Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFAL e Bolsista da FAPEAL – Fundação de Amparo a Pesquisa em Alagoas e Membro do NEVIAL – Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas.

produtores e reprodutores privilegiados de representações sociais que serão tomadas como referência na orientação de práticas entre os sujeitos sociais.

Trazemos a compreensão de que os meios de comunicação não só pautam a agenda de discussão entre sujeitos sociais, mas também apresentam os fatos sob uma ótica marcada por interesses, ideologias e outros. As notícias não revelam os fatos em estado bruto, mas sim a partir de uma interpretação marcada por valores, interesses, crenças, sentidos e significados elaborados pelos profissionais da comunicação⁴.

Mesmo reconhecendo o lugar “*incontido*” entre “*o sinal emitido*” pelos meios de comunicação e o “*sinal recebido*” pela sociedade, o que nos afasta de uma leitura causal e reducionista dessa relação, entendemos ser pertinente problematizarmos os possíveis efeitos do discurso jornalístico no campo social, particularmente o tratamento que apresentam sobre a violência e a intolerância na atualidade. É problemático tomar o sistema industrial de produção da mensagem jornalística como um “*universo sem fissuras que age inexoravelmente sobre os homens [e mulheres, RVLF] alienando-os, oprimindo-os até o limite, impedindo-os assim a ‘tomada de consciência*” (Freitas 1992, pág. 41). Também Stuart Hall (2003) reconhece que entre a codificação e a decodificação das mensagens midiáticas há brechas que precisam ser consideradas:

“Antes que essa mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, intretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais mais complexas. (...) Os códigos de codificação e decodificação podem não ser perfeitamente simétricos” (2003 págs. 390/391).

⁴ Para nós, os meios de comunicação não representam espaços de pensamentos homogêneos e monolíticos, mas sim uma arena de conflitos e de discussões hegemônicas.

As reflexões contidas no presente trabalho estão referenciadas em dados empíricos obtidos a partir de uma pesquisa em curso⁵, que tem como objeto de estudo a performance e a prática discursiva de dois programas televisivos, “Plantão de Polícia” e “Fique Alerta”, que se enquadram no gênero de jornalismo policial⁶, e são transmitidos diariamente ao público alagoano. Os referidos programas preenchem suas pautas diárias com a divulgação de episódios de violência ocorridos do Estado de Alagoas.

Organizamos nossas reflexões em três tópicos que se reforçam e se interconectam em defesa do argumento central de nosso trabalho: os programas policiais são, eles próprios, expressão de violência e intolerância contra a sociedade. No primeiro tópico, fazemos uma discussão sobre a possível relação entre o déficit de democracia e cidadania e o favorecimento de práticas de violência e intolerância entre os sujeitos sociais. No segundo, veremos como a mídia tem se apresentado como um espaço de produção de violência e intolerância, esgarçando o tecido social e enfraquecendo os laços de reciprocidade e solidariedade entre os sujeitos. Por último, no terceiro tópico, traremos fragmentos dos discursos dos apresentadores dos dois programas estudados e que são tomados como referencial para ilustrar as expressões de violência e intolerância no próprio discurso midiático produzido no espaço público alagoano.

1. Violência e intolerância como sintoma do déficit de democracia

Interessa-nos problematizar o lugar que a mídia tem ocupado na produção e reprodução da violência e da intolerância na atualidade, apontando, ainda, os possíveis efeitos dessa postura no sentido da obstrução de construções de experiências democráticas em nossa sociedade. Argumentamos que o conteúdo dos programas evidencia uma sociedade anômica e em descontrole, onde todos

⁵ Esta pesquisa intitulada “As expressões da violência no espaço da mídia alagoana”, teve o financiamento da FAPEAL – Fundação de Amparo a Pesquisa em Alagoas bem como com a colaboração de alunas bolsistas vinculadas ao Programa de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq.

⁶ Para nós, o que define este gênero jornalístico é sua postura a-crítica e anti-reflexiva, que prima pela espetacularização da tragédia humana expondo o fato pelo fato, a imagem pela imagem. Podemos dizer que se diferencia do jornalismo investigativo que propõe elucidar e dar visibilidade de fatos ou crimes de repercussão política nacional ou internacional.

somos identificados como vítimas potenciais da violência, da intolerância, da injustiça e da impunidade.

O agigantamento da violência no espaço midiático, expresso num certo “urbanismo selvagem”, realça a falência da Segurança Pública, ao tempo em que nos coloca numa posição social de extrema vulnerabilidade e insegurança que reforça posturas de isolamento pela intimidação. A mídia tem contribuído na construção de um “imaginário do medo” que produz erosões nos laços sociais.

Importante iniciar nossas reflexões afirmando que os laços sociais não se fazem naturalmente, mas a partir de negociações permanentes que resultam na construção de hegemonias sempre provisórias em contextos sociais. Reconhecer que vivemos um momento de expansão da violência e intolerância entre os sujeitos sociais não nos colocaria numa posição nostálgica de que precisamos regatar uma certa paz, tolerância e harmonia, vivenciadas em contextos remotos da história humana. Sabemos que o dissenso e os conflitos são marcas indeléveis da condição humana em todos os tempos e lugares históricos. Nem por isso a vida em sociedade inviabiliza-se ou cria impedimentos de construção de laços sociais. Neste sentido, subscrevemos a tese de Chantal Mouffe quando afirma que “(...) *é um equívoco acreditar que uma ‘boa sociedade’ é aquela na qual os antagonismos foram erradicados e onde o modelo adversarial de política se tornou obsoleto*” (2003, pág. 11).

Reconhecer a dimensão agonística da sociedade significa entender os múltiplos antagonismos sociais como elementos constituintes e constitutivos da própria vida social. Uma perspectiva radical de democracia não aposta no “*sonho ingênuo*” de conquistar uma sociedade dotada de “*perfeita harmonia ou transparência*”. O desafio democrático não consiste em suprimir os conflitos e antagonismos sociais, mas em criar formas de sociabilidade baseadas no reconhecimento de Direitos e no respeito aos mecanismos instituídos pelo Estado de Direito - que defendem a legitimidade do dissenso e das diferenças entre os sujeitos sociais. Entendemos que esse caminho contribui para minimizar as atitudes de intolerância e violência na esfera social. Reconhecendo a positividade

das experiências sociais construídas a partir do dissenso, da heterogeneidade, das diferenças e da diversidade, a proposição política pautada no “ *‘pluralismo agonístico’* ⁷ *vislumbra a possibilidade de construção de uma unidade num contexto de conflito e diversidade*” (Mouffe, 2003, pág. 15).

Não se trata, portanto, de tomar como meta a construção de uma sociedade ausente de conflitos, mas apostar que a consolidação e o aprofundamento dos mecanismos que compõem o jogo democrático e que fundamentam o Estado de Direito, pode ser um caminho para a construção de uma sociedade menos intolerante. Neste processo, imprescindível se faz a institucionalização e a internalização de valores democráticos em cada sujeito, sendo essa condição imprescindível para a construção de experiências de sociabilidade marcadas pelo respeito, pela tolerância, pela reciprocidade e reconhecimento de direitos do outro.

Trabalhamos com a idéia de que existe uma relação de co-existencialidade entre violência e intolerância. O conceito de violência que referencia nossa reflexão neste trabalho parte de Sônia Filipe (1998) que define violência como um ato “*que elimina do sujeito que sofre qualquer possibilidade de fazer uso de sua força para garantir-se íntegro. A violência suprime um dos atores como sujeito*” (1998, pág. 07).

Ressaltando as múltiplas faces e dimensões da violência, a mesma autora afirma que:

“(...) a violência pode ser um ato momentâneo ou uma série de atos praticados de modo progressivo, com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço construído e a preservação de sua identidade como sujeito de relações econômicas, políticas, estéticas, étnicas, religiosas e eróticas. (...) No ato de violência, há um sujeito da violência

⁷ Expressão utilizada por Chantal Mouffe em defesa de uma visão alternativa da democracia radical e plural, onde o objetivo não seria suprimir o poder, mas “construir formas de poder compatíveis com valores democráticos”, renunciando assim à “ilusão de que poderíamos nos livrar completamente do poder” (Mouffe 2003, pág. 14). Nessa mesma direção, Mouffe afirma: “Admitir a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las (...) é a especificidade do projeto de ‘democracia radical e plural’ “ (Idem).

que atua para abolir, definitivamente, os suportes dessa identidade, para eliminar no outro os movimentos do desejo, da autonomia e da liberdade” (Sônia Filipe 1998, pág. 30).

Se um ato de violência caracteriza-se pela suspensão, ou tentativa de suspensão, dos contornos da identidade do agredido ao imobilizá-lo e impedi-lo de qualquer ação, estamos falando igualmente de um ato de intolerância. Se a agressão violenta produz a anulação do sujeito que, violentado, sente-se impedido de continuar sendo sujeito de sua própria construção, é preciso dizer que a intolerância também produz esse efeito. Ser privado da expressão de desejos e diferenças, ser desrespeitado na integridade física, moral e afetiva é estar em estado de sofrimento, vítima de violência e, portanto, vítima de intolerância. Se a violência é a *“força empregada para mover sujeitos na direção contrária a sua realização humana”*, podemos dizer que quem pratica este ato está tomado por um sentimento de intolerância, em igual medida (Sônia Filipe, 1998, pág. 25).

O conceito de intolerância com o qual trabalhamos vem de Paul Ricœur nos seguintes termos:

“A intolerância tem a sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda” (Ricœur 2000, pág. 20).

Ainda que tenhamos clareza de que a intolerância está presente na própria lógica social capitalista⁸ pautada na exploração, dominação, subordinação e exclusão social, entendemos que esse tipo de postura jornalística que estamos estudando reforça uma *“lógica de intolerância”* baseada em posturas de

⁸ A intolerância se faz presente nesta lógica social perversa que, por si só, expressa valores culturais intolerantes. Podemos concordar, desta feita, que *“a fome, a pobreza, a marginalização são resultado de situações de profunda intolerância e focos de novas atitudes de intolerância e violência”* (Cardoso, 2003, pág. 20).

humilhação e negação do outro⁹, através de atitudes discriminatórias, racistas, reducionistas, excludentes, posturas que criminalizam os pobres e excluídos, justificando a sua eliminação¹⁰.

É preciso não tolerar o intolerável, não estabelecer apologias da “diferença pela diferença”, pois, isso recai na perigosa “*cultura da indiferença*” que produz efeitos tão perversos quanto a própria intolerância. Ser tolerante não significa “*demonstrar permissividade em relação às coisas, boas ou más, sem julgá-las*”, mas aceitar a diferença e o dissenso como condição de sociabilidade, sem deixar, evidentemente, de se indignar e se posicionar de forma contrária àquilo que fere os direitos e os valores éticos e morais pautados nos direitos humanos (cf. Chelikani 1999). É preciso não naturalizar a intolerância. É preciso indignar-se diante de todo e qualquer ato que represente desrespeito aos direitos humanos em forma de humilhação, perseguição, exclusão, destruição e eliminação do outro¹¹.

Não podemos negar que as primeiras formulações teóricas acerca da tolerância guardam íntimas relações com o ideário liberal, que buscava construir uma sociedade pacificada, composta de homens e mulheres ordeiros(as) e que para tanto deviam assumir um comportamento civilizado, tolerante, marcado por um certo conformismo, condescendência e passividade. Daniel Lins (2005) nos apresenta os diversos sentidos atribuídos à palavra tolerância, em várias culturas, nos mostrando os seguintes resultados: para os gregos, tolerar significa “reter-se”, “conter-se”, “impedir -se de mudar aquilo que se encontra em nossa frente”; para

⁹ Segundo Hérítier (2000), há todo um discurso que tenta justificar racionalmente a negação do outro (a exclusão e a intolerância) a partir de noções de pureza e purificação. O argumento da “pureza de sangue” parte do pressuposto que “os outros não pensam, não sentem, não reagem como nós (qualquer que seja esse ‘nós’), que nos consideramos a essência da humanidade e da civilização”. A atitude de intolerância pressupõe negar ao outro a condição de ser humano para poder “excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo e até mesmo negar-lhe uma ‘sobrevida’ post mort”. (2000, pág. 25).

¹⁰ No discurso dos apresentadores encontramos aforismos tais como “bandido bom é bandido morto”; “melhor pegar na alça do caixão de um bandido a pegar na alça do caixão de um policial”, entre outros.

¹¹ Daniel Lins nos faz refletir sobre o quão insensato é interpretar o silêncio sempre como uma virtude, pois, o silenciamento pode perfeitamente representar um ato de “fuga preguiçosa, ‘compreensiva’ ou ‘tolerante’ do covarde” (cf. Lins 2005).

os franceses, tolerar significa “aturar”, “suportar”, “sofrer”; árabes e turcos vêem na tolerância o sentido de “perdoar”; chineses, japoneses, coreanos e vietnamitas atribuem à tolerância o sentido de “permitir”. O autor chama atenção que todas essas definições estimulam uma postura de “não-violência”, de “quietismo” e “renúncia”, sendo esta “a definição acatada e ampliada tanto pela Unesco como pela Declaração Universal do Direitos do Homem” (Lins, 2005, pág. 26). Não é à toa que os críticos do liberalismo rejeitavam a “retórica angelical” referente ao discurso de tolerância, afirmando que “a tolerância era a virtude dos fracos” (Idem, pág. 27).

A atualização da discussão sobre tolerância e intolerância que estamos trazendo com nosso estudo não propõe uma reclusão à indiferença, nem uma abstenção de pensar e agir contra o intolerável, mas propõe que a tolerância seja uma arma contra a intolerância, estimule ações em defesa da diversidade, da criatividade e da *“invenção constante de mundos possíveis”*. (Lins 2005, pág. 28).

Realçando a vitalidade e a força criativa da tolerância, Daniel Lins (2005), nos propõe a seguinte reflexão:

“Se é verdade que a tolerância tem como função nos auxiliar a acompanhar as transformações do mundo, do mesmo modo que nossas andanças e errâncias pessoais, ela exerce também um papel primordial: o de impedir que o universo do pensamento e do desejo seja cristalizado num achado, num porto seguro, numa ficção molar – identitária – pregadores de fixações, dependência e juízos: julgar o homem ao invés de julgar seus atos, confundindo o crime com o criminoso. O criminoso não é o crime, o assaltante não é o assalto” (Lins 2005, pág. 28).

Nesse sentido é que percebemos que o desafio posto para nós, hoje, é a construção de uma *“cultura de tolerância”* onde os conflitos entre crenças e convicções sejam vivenciados em conformidade com os *“valores éticos que facilitem uma real convivência democrática, em que a diversidade de posições seja respeitada, sabendo que cada uma delas apreende apenas fragmentos da*

verdade” (Cardoso 2003, pág. 14). Essa “*cultura da tolerância*” deve pautar-se numa “*ética da discussão*”, que supõe a “*existência de um espaço público de discussão, portanto uma opinião pública garantida*” e uma “*ética da diversidade*”, que reconhece a dimensão plural da cultura com o argumento de que “*(...) nós somos o que somos muito mais por aquilo que temos de diferente do que por aquilo que temos em comum*” (Cardoso 2003, págs. 22 e 176).

Temos clareza de que falar em tolerância em nossa sociedade, que é marcada por desigualdades sociais (analfabetismo, desemprego, fome, miséria, exclusão de todas as ordem), exige algumas qualificações do que seria uma postura pautada numa cultura de tolerância. Importante se faz pensar a tolerância não só para defender a “*diversidade cultural*”, mas também para lutar pela “*igualdade social*”. É preciso distinguir, no universo plural das culturas e civilizações, aquelas que podem ser identificadas como “*humanizadoras e desumanizadoras*”. Esse cuidado analítico exige de nós uma postura crítica, considerando que a convivência com práticas e culturas desumanas, que negam a condição humana, não faz parte do projeto de construção de uma “*cultura de tolerância*”. Nesse sentido, Clodoaldo Cardoso (2005) chama atenção para a condição e o conteúdo polissêmico do conceito de tolerância no transcurso da história que tanto pode gerar atitudes de “*resignação e omissão*” como pode estimular práticas libertadoras em relação à “*violência e à opressão*”. (2005, pág. 56). A tolerância poderia, então, ser tomada como um valor ético que propõe uma articulação intransponível entre a aceitação da diversidade cultural e o combate à desigualdade social como posturas interdependentes. (Ver Cardoso 2005, pág. 57).

Entendemos ser um bom caminho estudar a violência e a intolerância expressa no espaço midiático trilhando um caminho de reflexão que valoriza e realça os aspectos culturais e ideológicos, que estão para além dos fatores econômicos. Mostrando o fato pelo fato, a violência pela violência, os programas estudados terminam por criar um clima de medo e pânico, obstruindo a reflexão dos fatos como construções sociais passíveis de transformação sem que seja pela eliminação do outro (acusado de ser agressor).

Segundo Baierl (2004), o medo é uma construção social e tem sido utilizado como uma “*estratégia de manipulação para subjugar, controlar, escravizar e dominar as pessoas*” (2004, pág. 37). A mesma autora acrescenta que “*o medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem a sua gênese na própria dinâmica da sociedade*” (Idem, pág. 48). O medo social instiga as pessoas a buscar soluções individuais para problemas que têm lastros eminentemente sociais e culturais, como é o caso da violência. O medo social muitas vezes imobiliza, intimida e faz os sujeitos se sentirem impotentes na condução de suas próprias vidas no espaço público e em contextos sociais.

Consideramos que a intolerância e a violência expostas, expressas, produzidas e representadas pelos programas estudados podem trazer graves conseqüências ao tecido social, reforçando uma “cultura de violência, medo e intolerância”. Entendemos que uma das principais conseqüências dessa massiva exposição da população à episódios de violência e intolerância é a constituição de um sentimento de “medo social” e de uma “angústia cultural”¹² que têm contribuído para o esgarçamento do tecido social e a erosão dos laços sociais que se fundam em valores de solidariedade, reconhecimento, confiança, reciprocidade, e que funcionam como símbolos integradores de uma sociedade.

Segundo Baierl (2004), o medo cria sérios entraves para uma vivência democrática pautada na liberdade e no reconhecimento aos direitos do outro. Produzindo o medo, os programas televisivos escravizam os telespectadores não só diante das telas, fígados que ficam diante das cenas trágicas, mas diante da própria vida. Um dos mais graves danos provocados pelos referidos programas é que eles banalizam a intolerância ao mesmo tempo em que reforçam um sentimento anti-social, produzido pelo medo, que leva as pessoas ao isolamento e

¹² A expressão “*angústia cultural*” é utilizada por Martin-Barbero (2000) para argumentar no sentido de que o medo tem sido a chave dos novos modos de habitar e de se comunicar, sendo isto a própria concretização da angústia cultural. A angústia social provém de vários fatores: homogeneidade produzidas pelos meios de comunicação que impedem a expressão e o crescimento das diferenças, o vazio social e a erosão das identidades coletivas, a destruição das paisagens de familiaridade nas cidades e da memória coletiva, a incerteza e a insegurança face o que passa ao meu lado.

à paralisia. Refletindo sobre o alto preço que as pessoas têm pagado para evitar o medo, Baierl (2004) afirma que *“As pessoas alteram sua rotina, sua forma de ser no mundo, alteram as relações sociais, não ficam mais indignadas, aceitam o inaceitável, fingem não ver, estão construindo territórios, buscando formas de defesas, revidas, mudando horários, etc”* (Idem, pág. 40).

Importante chamar esses programas à responsabilidade social, indagando-os sobre a (des)função social que exercem ao criarem nos sujeitos o pânico e o medo social. Considerando que a vida em sociedade pressupõe a Segurança Pública, a iminência permanente de ser a próxima vítima de um ato de agressão e intolerância representa e reforça um profundo esgarçamento dos laços sociais. Remetendo-se a algumas reflexões existenciais feitas por Sartre, Baierl (2004) reconhece que *“(...) a necessidade de segurança é intrínseca ao homem e simboliza a vida, enquanto que a insegurança sinaliza a morte. (...) a segurança está na base da afetividade e da moral humana”*. (Baierl 2004, pág. 47).

Se concordamos com estas reflexões, chegamos rapidamente à conclusão de que os programas que se especializam na explicitação da intolerância e da violência, gerando assim a insegurança e o medo social, não favorecem a construção de relações e convívio sociais pautados no respeito e nos valores democráticos. Diante do medo, a atitude mais comum é a paralisia, reforçada pelos sentimentos de insegurança e impotência (cf. Idem). Tais sentimentos dificultam a construção de laços sociais, de coletividades orgânicas e experiências de convívio mais duradouro no campo social. Ao invés disso, o medo reforça o individualismo e o isolamento. Interessante a reflexão de Baierl que termina por destacar a perversidade do próprio medo e de quem o produz:

“Quem gera medo não colabora para o alvo maior da comunidade política, destrói os fundamentos do poder legítimo. O terrorista, qualquer que seja sua posição no mundo, líder religioso ou partidário, impede a confiança, base da república democrática” (Baierl 2004, pág. 41).

Assistimos ao aprofundamento do individualismo e da atomização das subjetividades contemporâneas, ao tempo em que vemos se intensificar o

sentimento de intimidação que imobiliza e desestimula os sujeitos no sentido da construção de projetos de ações coletivas que apontem para a superação dessa realidade que tem se mostrado excessivamente perversa e nefasta à humanidade.

Nosso texto reforça o argumento de que estamos construindo uma cultura de violência e intolerância, reforçadas por posturas midiáticas que dificultam o reconhecimento dos valores humanos independentemente de cor, classe, opções sexuais, religiosas ou políticas, etc. Se a intolerância revela uma atitude insensata de negação do diferente que nega, por sua vez, a legitimidade do dissenso, nossos programas policiais estão pontilhados de expressões de intolerância, tal como demonstraremos a seguir.

2. A mídia como espaço de produção e reprodução da violência e da intolerância através de suas representações sociais

Considerando que o discurso midiático ocupa um lugar privilegiado na elaboração e transmissão de representações sociais, e que essas representações constituem referenciais importantes para as práticas dos sujeitos sociais, problematizamos a postura jornalística que banaliza a violência, naturalizando o “*intolerável e o desumano*”. Nesse sentido, queremos argumentar que o próprio discurso jornalístico pode ser tomado como um gesto de violência e intolerância contra a sociedade.

Por entendermos o discurso como prática social, como um acontecimento que produz efeitos na construção da realidade que o produziu ou o referenciou, justificamos a importância de estudarmos a prática discursiva do jornalismo policial que realça o tema da violência na atualidade. Entre discurso e prática, prática e representação, existe uma relação inapagável, sendo ambos “*imagens construídas sobre o real*” (Cf. Minayo 1994:108). O exercício analítico de apreensão dos sentidos e significados produzidos pelos processos discursivos e representacionais tornou-se, para nós, uma tarefa imprescindível visto que visamos lançar luzes para a compreensão da dinâmica de uma certa “cultura de violência” expressa tanto no contexto social como no espaço midiático em Alagoas. O reconhecimento do caráter social dos discursos constitui um

pressuposto fundamental para o presente trabalho, na medida em que estamos querendo problematizar o discurso midiático como um discurso que busca produzir efeitos de sentido ao público/telespectador.

Os meios de comunicação tanto conseguem captar representações que circulam no âmbito da sociedade, como também produzem representações¹³ que orientam práticas e comportamentos sociais. O lugar que a imprensa ocupa na constituição de percepções e significações que informam a opinião pública de uma sociedade nos faz valorizar a imprensa como um ótimo caminho para o estudo das representações que “*refletem e refratam*” as práticas de violência no Estado de Alagoas. A imprensa participa do processo de construção de representações que atuam junto à população cristalizando valores e crenças sociais que orientam e explicam as práticas sociais que se configuram no cotidiano das cidades. Trazemos as reflexões feitas por Rondelli (1998) para reforçar nossa tese de que os meios de comunicação exercem um forte poder no processo de construção do tecido social e na definição dos arranjos políticos locais:

“(...) a mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (na forma de selecioná-los, editá-los, classificá-los e opinar sobre eles), como, ao testemunhá-los, expõe os fatos a outros atores sociais (...) e tais atores são constrangidos/convocados a produzir sentidos sobre elas” (1998, pág. 152).

O “mal-estar ético da mídia contemporânea”¹⁴ tem sido reforçado pelo descompromisso do jornalismo em relação ao exercício de sua função social e pública no campo da informação, formação e educação do público/telespectador (cf. Bucci 2004, pág. 134). Na verdade, há um forte apelo a temáticas passíveis de um tratamento sensacionalista, onde o próprio sofrimento humano é transformado

¹³ Concordamos com Rondelli quando afirma: “*Os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição*” (1998, pág. 149).

¹⁴ Termo utilizado por Bucci (2004) ao discutir sobre a “natureza da indústria cultural” como sendo “incompatível com o projeto de verdade jornalística” (2004, pág. 128). Segundo este autor, estamos vivendo o “avesso da ética” no sentido de que “estamos subordinados a uma “ética” (grafada assim com aspas) da violência, do lucro, da exclusão e do espetáculo. Aí estão os padrões éticos consagrados na mídia” (Bucci 2004, pág. 133).

num valoroso produto mercadológico. Essa opção jornalística faz com que o conteúdo da programação esteja permeado de “*imposturas éticas*”, distanciando-o do que seria um projeto jornalístico pautado na verdade factual, na objetividade, na transparência, na independência editorial e no equilíbrio. (cf. Bucci 2004, pág. 127).

A mídia assume uma posição de poder intolerante na medida em que impõem valores, crenças, sentidos e significados aos atos de violência sem que os acusados, expostos na “telinha”, possam desfazer o “veredicto” enunciado por suas palavras. Pensar a postura de intolerância da televisão, particularmente dos programas estudados, passa necessariamente por uma discussão do descumprimento do Código de Ética que estabelece princípios norteadores para a prática jornalística. O 3º Artigo do referido Código dita que: “*A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo*”. Em seu 9º Artigo, define que é dever do jornalista: “*Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público*”.

Diante dessas definições, cabe-nos refletir sobre qual o interesse “social”, “coletivo” e “público” que poderia justificar conteúdos e pautas jornalísticas que expõem o humano em situações de dor, sofrimento, vulnerabilidade, desamparo e constrangimentos existenciais? Qual a função social e a contribuição que esses programas poderiam estar oferecendo ao apresentar o detalhe do detalhe de uma cena trágica que seria inalcançável por nós, não fosse a lente sádica e indiscreta de um cinegrafista que, mobilizado pelo desejo de criar uma matéria sensacionalista, expõe corpos mutilados, acidentes fatais, mães e pais em desespero pela perda de filhos e filhas, e, ainda, situações vexatórias exibindo vítimas e agressores no calor da cena do crime?

Propomos a urgência de uma séria reflexão a respeito dos possíveis efeitos de um estilo jornalístico que define sua agenda programática com notícias que reforçam um “imaginário do medo” entre telespectadores que estão integrados

apenas pelo olhar¹⁵. Entendemos que ao publicizar o trágico, a violência e a intolerância entre os sujeitos sociais, a televisão cria um binômio entre intolerância-medo, formando um círculo que se retro-alimenta na medida em que a intolerância gera o medo e o medo gera a intolerância. Nessa perspectiva, monta-se um cenário social muito semelhante ao descrito por Hobbes, quando afirma que no Estado de Natureza todos se sentiam numa situação de ameaça permanente na medida em que cada um percebia o outro como potencial adversário ou rival.

Temos demonstrado que a lógica do jornalismo policial é a de que as imagens expostas devem ser fortes e impactantes, e todas as estratégias devem ser utilizadas no sentido de “*aumentar a dramaticidade do fato*”¹⁶ (Idem). Essa opção jornalística não deixa a sociedade impune. Ou seja, a estilo sensacionalista de fazer jornalismo policial captura a sociedade numa armadilha insana, pois, ao estimular o “gozo com a tragédia”, empobrece a dimensão coletiva da existência e enfraquece as possibilidades de construções de laços sociais e ações coletivas.

Não é muito diferente a avaliação que Martín-Barbero faz da postura jornalística da TV em Bogotá, quando afirma categoricamente que “*na Colômbia, quizás como en ningún outro país da América Latina hoy, los médios viven de los miedos*” (2000, pág. 31). Talvez, se o referido autor conhecesse os programas que estudamos, tivesse que redimensionar sua assertiva. Em todo caso, vemos muitas semelhanças entre o diagnóstico traçado sobre a postura da TV em Bogotá e a que conhecemos em Alagoas:

“(...) as imagens de la ciudad que normalmente construye la televisión son em grand medida reforzadoras de los imaginarios del miedo. Pues haste ahora las imágenes de la ciudad prevalecientes en la televisión son incapaces de ir más allá del sensacionalismo y el morbo de los accidentes e los asesinatos, de los trancones y atracois, del caos em el

¹⁵ Bucci (2004) chama atenção não só para a fragmentação das imagens televisivas, mas também para a dispersão que produz entre sujeitos que ficam magnetizados por “narrativas lógicas que se dissolvem numa pasta que, não obstante, tem um sentido profundo: o sentido de integrar pelo olhar” (2004 pág. 37).

¹⁶ Gostaríamos de chamar atenção que uma estratégia dos programas é usar fundos musicais que já ficam associados ao “quadro de cenas fortes”. São músicas criam um clima de suspense, ainda que não tenham sido feitas para tanto, evidentemente.

que se regodea com frecuencia uma câmara incapaz de pasar de la más obvia denuncia al mínimo contexto de las responsabilidades ciudadanas” (Martin-Barbero 2000, pág. 30).

A mídia se apresenta como um poder intolerante na medida em que cultiva o “ódio social” que rapidamente reforça posturas de intolerância¹⁷. Bucci (2004) entende que a intensa exposição de episódios de violência na mídia televisiva, a massificação da morte nos meios de comunicação como um todo, não só “atiça” o sadismo, como reforça o medo de “*morrer pelas mãos dos excluídos*” (2004, pág. 109). Não é a toa que os assassinatos dos supostos criminosos recebem o aplauso e a aprovação de parcelas significativas da população¹⁸. Segundo Bucci, “*o nosso medo de morrer se converte num desejo de matar*” nossos potenciais agressores: os excluídos. (Idem).

Após dois anos de pesquisa, podemos afirmar, com uma larga margem de acerto, que os Programas “Plantão de Polícia” e “Fique Alerta” assumem uma postura jornalística que faz da espetacularização¹⁹ da tragédia humana uma estratégia de atração do público consumidor/telespectador. Não discutiremos, neste texto, sobre o porquê da significativa audiência dos citados programas que procuram capturar o telespectador com narrativas de crueldade, com a exposição de dramas, escândalos, abusos, atrocidades, truculências, explorando cenas bizarras e grotescas, geralmente envolvendo pobres e excluídos na esfera de suas vidas íntimas e privadas²⁰.

¹⁷ A explicação que Martin-Barbero dá aos efeitos de intolerância produzido pelo medo seguem o seguinte raciocínio: Se o “medo” nos envolve numa posição “assustada” e “covarde”, é a “desconfiança” que nos faz “inseguros”. Sentimo-nos perdidos e desconfiados e isto nos faz acumular uma raiva contra todos que nos rodeiam, e essa raiva termina por colocar em questão toda a nossa urbanidade aprendida e interiorizada. Termina por questionar que civilidade é possível construir sem laços de pertencimento? (Tradução livre do texto de Martin-Barbero 2000, pág. 30).

¹⁸ Em texto intitulado “Como a violência na TV alimenta a violência real –da polícia”, Bucci (2004, pág 108) trás notícias de enquetes realizados com a população a respeito de assassinatos de bandidos e seqüestradores, que tiveram a aprovação de mais de 96% da população.

¹⁹ Bucci afirma que “Onde quer que a notícia esteja a serviço do espetáculo, a busca da verdade é apenas um cadáver” (2004:129).

²⁰ Muito comum a exposição de situações constrangedoras de brigas entre marido e mulher, envolvendo bebidas alcoólicas e/ou suspeitas de traição. O apresentador do programa Fique Alerta

3. Uma análise do discurso expresso nos Programas “Plantão de Polícia” e “Fique Alerta”.

Neste tópico, faremos o esforço de noticiar a estrutura dos programas que estamos estudando, explicitando as estratégias que utilizam para atrair a audiência do público alagoano. Como já anunciamos anteriormente, os programas “Plantão de Polícia” e “Fique Alerta” expõem e exploram a temática da violência de forma apelativa e sensacionalista, sendo o que nos faz identificar um forte conteúdo de intolerância no discurso jornalístico que chega aos seus telespectadores.

O Plantão de Polícia (canal 5 - TV Bandeirante) é exibido em Alagoas há 5 anos, e o Fique Alerta (Canal 11 – TV Pajuçara), há 3 anos. A concorrência temática entre eles fica evidenciada pelo fato de ocuparem o mesmo horário (duas horas diárias entre 12:00 e 14:00 horas) em emissoras diferentes. Cada emissora cuida de apresentar os fatos de forma mais atraente para ganhar a concorrência. O resultado dessa disputa é um discurso contraditório onde ao mesmo tempo em que se “condena a violência”, valoriza a violência quando a utiliza como estratégia para manter a atenção do público telespectador.

Temos 36 programas gravados, 18 de cada emissora, somando em torno de 86 horas de gravação. Além das gravações, tivemos a oportunidade de ir ao estúdio assistir “ao vivo” o processo de produção do Programa “Plantão de Polícia”, sendo o que nos oportunizou ver os bastidores do Programa e o ambiente profissional que não aparece na telinha para o público telespectador.

Os dois anos de realização desta pesquisa, nos quais contatamos com o material imagético e discursivo produzido pelos referidos programas, nos faz concluir que há uma clara proposta editorial de transformar o espaço midiático num palco de exposição do drama humano de forma sensacionalista, com excessos de julgamentos valorativos marcados pela intolerância, pelo não reconhecimento de direitos e o desrespeito aos sujeitos envolvidos nos fatos

criou o termo CACHIBLEMA para referir-se às notícias que nas palavras dele “envolve cachaça, chifre e problema”.

divulgados pelo programa. Segundo um dos apresentadores, esta proposta vem atender a uma demanda social que tem “*um interesse mórbido pela desgraça alheia*”.

Indagado sobre a utilização do sensacionalismo na apresentação do Programa, o apresentador do “Plantão de Polícia” afirma que sendo bem dosado, o sensacionalismo é importante para “*valorizar*”, “*dar força*” e “*tornar mais interessante*” uma matéria jornalística. O mesmo afirma que o sensacionalismo é uma estratégia legítima, utilizada pela mídia, para manter a audiência, já que existem estudos que revelam que é isto que o público quer ver: “*(...) nada é feito ao léu, ao acaso. Tudo é feito através de pesquisa, estudo (...)*”, diz o apresentador. É preciso dizer, no entanto, que nem sempre a rendição aos ditames mercadológicos apaga o incômodo do “vazio ético” no qual jornalismo tem se embrenhado nos últimos tempos. Principalmente quem produz a notícia, quem faz o recorte do fato, omitindo e realçando o que é de interesse sensacionalista, enfatizando e até adulterando a realidade por interesses de mercado.

Dentro dessa lógica sensacionalista, todos os recursos são considerados adequados para “*valorizar a notícia*”, para criar um clima de suspense e apreensão que fisga o telespectador diante da tela. No caso, é importante registarmos a utilização da música Carmina Burana como pano de fundo das reportagens, como um recurso sonoro para causar impacto e aumentar a descarga de adrenalina do público telespectador. A música é associada à perseguição e suspense causando, calculisticamente, uma reação de medo, pavor e terror tal como a música do filme “Pânico” que também é utilizada pela produção. A trilha sonora produz no telespectador a expectativa de ver “*coisa quente*”, como diz o apresentador.

Uma outra questão que gostaríamos de destacar diz respeito à questão da imagem, de como a filmadora passa a ser uma arma perversa contra toda uma população que cai nas “garras da produção” desses programas. Precisamos refletir sobre o lugar e o poder que a imagem ocupa hoje nos programas jornalísticos como um todo, e especialmente nos programas policiais. Tudo leva a

crer que a imagem é utilizada para produzir “impacto sobre os sentimentos e emoções” dos telespectadores (Sartori, 2001 pág. 70). A visibilidade do detalhe mórbido e a exposição das imagens da tragédia produzem o efeito do aprisionamento, tal como diz Sartori:

“(...) o visível nos aprisiona no visível. Para o homem diante da televisão é suficiente o que vê, e aquilo que não é visto não existe. Tal amputação é colossal. E se torna ainda pior pelo motivo e pela forma com que a televisão escolhe o detalhe visível, entre centenas ou milhares de outros eventos igualmente dignos de consideração” (2001 pág. 71).

Esta reflexão nos faz lembrar das imagens de um Programa “Plantão de Polícia” do dia 19 de setembro de 2003. A reportagem é sobre um homem que foi assassinado, com três tiros de revólver, dentro de seu próprio carro. A chamada da notícia é permeada de muito sensacionalismo e por um discurso marcado por extrema indignação. O Programa especula duas versões para o crime: ou “passional” ou “por vingança”. Diz que o homem morto “*gostava de dar cavalo de pau naquela área*”, que esta prática poderia incomodar, insinuando que isto já poderia ser um motivo para tal assassinato.

Ficamos por mais de meia hora acompanhando o que o cinegrafista, com a ajuda do repórter, focalizava, revelando os detalhes da cena dramática: a chave do carro presa à mão inerte do morto, as perfurações dos tiros na camisa e as marcas de pólvora em seu pescoço, as gotas de sangue caídas na porta do carro, as marcas da mão do assassino que após atirar, supõe-se, teria fechado a porta do carro com o “*corpo sem vida*” dentro. O jornalista-apresentador pede desculpas porque as imagens “*do corpo de um homem sem vida*” não estão “*muito boas*” em razão da película de proteção solar que deixa o vidro do carro mais escuro impedindo assim imagens mais nítidas do “*homem assassinado a queima roupa*”, “*próximo de sua casa*”.

Contradizendo o que afirmou em nossa entrevista, o jornalista-apresentador diz que é obrigado a mostrar “*coisas que não gostaria de mostrar, mas que ... são imagens da realidade*”, assim, não podem ser ocultadas.

Afirmando que seu “*colete à prova de balas é Deus*”, o jornalista-apresentador pede que o repórter, que está no local do crime, mostre mais detalhes do horror. O repórter vai narrando e o cinegrafista faz um zoom na massa encefálica presa no pára-brisa e no porta luvas do carro, o sangue que jorrou no teto do carro após os disparos, a quantidade de sangue represado no banco do passageiro onde o corpo declinou após os tiros, enfim, há uma preocupação em mostrar o que ninguém que estava presente naquela cena trágica poderia ver. Ou seja, só quem estava vendo através das lentes curiosas do cinegrafista poderia enxergar tantos detalhes mórbidos. A “*curiosidade mórbida do público*” é plenamente correspondida pela produção do programa e aí até as “*marcas de pólvora no pescoço da vítima*” passam a fazer parte da notícia. Por outro lado, ficamos nós “aprisoados” diante daquelas imagens, esperando o detalhe seguinte que será explorado pelas “*lentes indiscretas*” orientadas para dar visibilidade ao detalhe do trágico. Cabe indagarmo-nos onde se funda essa curiosidade mórbida pelo trágico, e sobre os efeitos produzidos por um programa que explora o trágico, muitas vezes apresentando-o como cômico, a partir de um estudo que revela o interesse da população por este tipo de matéria jornalística.

No mínimo, poderíamos afirmar que uma opção jornalística como essa reforça a tal “curiosidade mórbida pelo trágico” que o jornalista afirma existir. Mas a questão parece ser mais complexa do que uma questão de reforço ao já existente. Na verdade, a tragédia humana sempre existiu, os conflitos interpessoais, os assassinatos, suicídios, brigas e discórdias sempre compuseram a história das relações humanas no transcurso dos tempos. Imaginamos até que os temas subjetivos que produzem essas cenas conflituosas são excessivamente familiares, no sentido de fazerem parte da “trama edipiana” que marcam as disputas, concorrências e rivalidades entre os sujeitos sociais.

O que merece uma reflexão mais cuidadosa e profunda é o fato de hoje a violência ter se transformado num espetáculo. E nesse processo, a televisão reforça a violência pela imagem sem reflexão, onde se “*produz um deslocamento do contexto da palavra para o contexto da imagem*” (Sartori 2001, pág. 21). Segundo Sartori, essa é uma virada radical que tem como principal efeito a

valorização da imagem que nos mantém num patamar apenas da representação visual, sem problematização num campo simbólico de atribuição de sentidos e significados a partir de uma reflexão. Entender pela imagem é diferente de entender pela palavra. É mais difícil questionar uma imagem do que palavras ditas sobre fatos e as versões de fatos. Como diz Sartori, para o senso comum, “(...) *a imagem não mente, nem pode mentir porque ela é o que é, e fala, por assim dizer, por si mesma. Se uma coisa é fotografada, tal coisa existe, e é do jeito como se vê*” (2001, pág. 84). O mesmo autor sugere que façamos uma reflexão crítica sobre os efeitos desta virtualização da vida pela TV, onde a imagem ganha um *status* de verdade inquestionável. Dentro dessa lógica, a imagem está sendo utilizada como uma “prova” de veracidade dos fatos.

Sartori mostra a gravidade dos efeitos da imagem televisiva para a sociedade, principalmente porque os desavisados não estão alertas para o fato de que “*a televisão pode mentir e falsificar a verdade exatamente como qualquer outro instrumento de comunicação*”. Segundo Sartori, a gravidade da mentira veiculada pela televisão está “*no fato que a força de veracidade contida na imagem torna a sua mentira mais eficaz e por isso mesmo mais perigoso*” (2001 pág. 85). De fato, indagamos aos nossos entrevistados, que são telespectadores dos programas analisados, se eles acreditavam em tudo que era mostrado na programação e as respostas que obtivemos revelam que o público trabalha com a lógica de que “contra a imagem não há argumentos”.

Esses programas “*premiam a excentricidade*”, o grotesco, as extravagâncias, os exageros, exibindo e destacando diversas cenas de agressividade entre os humanos de forma extremamente pejorativa. Essas distorções jornalísticas terminam por selecionar como “fato que vira notícia” o que existe de mais tosco e grosseiro da vida humana, na tentativa de transformar o mundo real num espetáculo²¹. Fica bastante explícito que há uma parceria entre

²¹ O apresentador do Plantão de Polícia cita como exemplo uma “notícia imbecil, mas curiosa” - palavras do apresentador - que chama atenção do público telespectador e que certa feita fez parte da pauta de seu programa: um cidadão que foi preso e que, para se vingar do policial que o prendeu, mordeu o seu dedo.

alguns policiais com os repórteres dos programas estudados, pois estes têm acesso muito fácil aos acusados que estão detidos nas delegacias. Então, exploram a imagem dos acusados, mostram detalhes, congelam o rosto do acusado no vídeo, ao tempo em que relatam seu suposto crime, e delatando o acusado de forma mais execrável possível. Nem a resistência e o constrangimento dos acusados barram a sede sensacionalista dos repórteres. Mostram e entrevistam pessoas bêbadas, outras discutindo por razões muito íntimas, ainda aquelas pegas numa situação de fragilidade e “desorganização subjetiva”. Enfim, há um interesse muito evidente de publicizar o que acontece na vida privada das pessoas. Evidente que os ricos são “poupados” dessas “lentes indiscretas”, para não dizer dessas “lentes perversas”, porque sabem que o que os programas fazem banalizando a vida das pessoas mais pobres é um crime que pode resultar em processo judicial. Os populares têm consciência de um tratamento diferenciado, só que não têm força e poder para levar a questão à justiça.

O tratamento dispensado aos acusados e às vítimas ou seus familiares é de profundo desrespeito, e esse desrespeito é naturalizado, como se ali não existissem “sujeitos de direitos” que devem ser respeitados em sua dor, em sua tragédia, em sua privacidade. Nesses programas assistimos, quase sempre, a explicitação de cenas que acontecem no espaço privado, o que talvez provoque maior interesse da população que se vê ali projetada em cenas de um arcaísmo fenomenal. Publicizar o privado de forma mais banalizada possível: este parece ser o chamariz desses programas que mostram cenas que revelam a condição humana de forma mais decadente, escandalosa, sem limites nem recalques. Trata-se de uma dinâmica de apresentação que oscila entre a revelação do “*banal e do espetacular*”, estabelecendo-se um “*processo anestésico destinado a toldar a capacidade de discernimento do telespectador*” (Bojunga 1991, pág. 215)

Refletindo sobre o destaque que a mídia dá a episódios de violência na atualidade, Sartori constata que estamos vivenciando um momento em que “o ataque dá espetáculo” e a televisão passa a ser um canal para exibição deste espetáculo. A seguir problematiza: “(...) o fato é que o mundo real não é espetáculo, e quem pretende camuflá-lo deste modo, por um lado, deforma os

seus problemas e, por outro, deixa-nos desinformados a respeito da realidade da pior maneira possível (2001, pág. 81).

Nesta dinâmica onde se privilegia o ataque, geralmente não se ouvem todas as partes envolvidas (vítimas e os agressores). Geralmente esses Programas subtraem o direito do acusado ser ouvido. Pode até acontecer da produção dar um espaço para os acusados falarem, mas só para serem posteriormente desmentidos pelas falas dos delegados e do próprio repórter apresentador. O “direito de resposta”, que se afirma ser disponibilizado ao acusado, de fato, inexistente, pois a última palavra é sempre a do delegado, do repórter e do apresentador.

Enumeramos alguns termos e adjetivos utilizados pelos apresentadores para se referirem aos acusados durante a programações: “*coisa ruim*”, “*filho da peste*”, “*bandido*”, “*marginal*”, “*cão do quinto livro*”, “*maloqueiro*”, “*vagabundo*”, “*coisa rara*”, “*mal elemento*” e “*uma desgraça dessa*”. Quando são tratados desta forma, o locutor não considera que, mesmo que fosse um transgressor da lei, este sujeito merece ser respeitado simplesmente pelo fato de ser humano. Vemos nessa postura uma forte presença da intolerância, pelo desrespeito, pela negação e pela humilhação que promovem como se não estivessem lidando com seres humanos.

Se o acusado não é respeitado, muito menos há respeito à vítima, pois, como no caso do homicídio que relatamos acima, tem seu corpo devassado e explorado nos mínimos detalhes por pessoas estranhas, sem qualquer respeito à privacidade da família (já que o morto não sofrerá mais danos em consequência da exposição de tantos detalhes íntimos de seu corpo e de seu sangue). Quando explorado por um estranho, sem escrúpulos, aquele corpo mostrado não é mais visto como gente, passa a ser um “objeto de consumo da mídia”. Ele não tem mãe, pai, irmãos, filhos, amores, amigos, etc. Apagam-se suas relações afetivas, sua história, e ele se transforma num “*corpo sem vida*”, tal qual disse várias vezes o jornalista-apresentador durante a reportagem.

Para ilustrar a estratégia que os referidos programas utilizam para envolver os telespectadores na cena do crime, criando a sensação de que a violência está batendo à porta, transcrevemos um fragmento de uma matéria que foi ao ar no dia 05 de setembro de 2003, no Programa Fique Alerta, onde um correspondente do Programa fala do interior do Estado. No caso, o repórter F.V. fala numa segunda-feira, de Santana de Ipanema/AL, noticiando as mortes acontecidas no final de semana:

“(...) também de São Sebastião, um corpo que não foi identificado, trajando calça jeans (...) se você tem algum parente, alguém que saiu de casa trajando calça jeans e camisa estampa, o corpo se encontra também no IML”.

Gostaríamos de destacar, a partir desse fragmento discursivo, o efeito de sentido que o repórter tenta produzir no telespectador quando apresenta identificações tão genéricas de alguém que morreu “*trajando calça jeans e camisa estampa*”. A princípio pode ser qualquer pessoa conhecida, diferentemente se ele divulgasse uma descrição mais específica que pudesse ser usada para identificar a vítima como, por exemplo, características físicas como estatura, cor de cabelos, cor da pele, etc. Diante disso, a estratégia que o jornalista utiliza para fisgar o telespectador diante da tela é estabelecendo uma possível ligação entre o ele (telespectador) e a notícia de violência, instigando, assim, um clima de pânico e medo. Se a intenção era utilizar o programa como um espaço de utilidade pública, fica prejudicada pela imprecisão das informações. Essa postura apenas cria o pânico e o medo social entre os telespectadores, colocando-os como potenciais vítimas da violência. Ao invadir seus lares com matérias desta natureza, produzem uma sensação de extrema fragilidade, vulnerabilidade e insegurança. Identificamos intolerância nesse estilo jornalístico pelo descuido e desrespeito para com o telespectador que é atingido, mesmo estando no aconchego do seu mundo privado.

Outra coisa que gostaríamos de chamar atenção é sobre a postura de intolerância dos repórteres e apresentadores no tratamento que dispensam aos

acusados, às vítimas e aos seus familiares. Um desrespeito que se naturaliza como se ali os envolvidos na tragédia fossem “*sujeitos que não tem direito a ter direitos*”, inclusive o direito de serem respeitados em sua dor, em sua tragédia e em sua privacidade. Nancy Cárdua (1994) trabalha o conceito de “*exclusão moral*” que nos parece bastante operacional para refletirmos sobre o componente de intolerância presente nos programas estudados. A autora argumenta que a “*exclusão moral*” se expressa em atitudes e comportamentos de “*não-indignação e aceitação de violações dos direitos e da integridade física*” em relação a determinados grupos que são percebidos como “*não fazendo parte do mundo no qual se aplicam regras, valores e considerações de justiça*” (1994 pág. 18). Segundo Cardia, “*a exclusão moral (...) exige que haja uma desativação de mecanismos de autocontrole moral*” (Idem, 29). Para a autora, a ausência de “*culpa*” faz com que

“*(...) em algumas circunstâncias, a violação de direitos de certos grupos não é [seja] percebida como tal, principalmente quando o grupo é estranho, representa uma ameaça ou tem um status inferior*” (Cárdua 1994, pág. 28). Grifo nosso.

A mesma autora afirma que em sociedades onde se vivenciam processos de “*racionalização moral da injustiça*”, amparadas em discursos e comportamentos pautados na tese da “*exclusão moral*”, é comum encontrarmos uma baixa percepção dos direitos de cidadania, assim como dificuldades na construção de experiências democráticas²².

Percebemos, por exemplo, “*exclusão moral*” numa prática jornalística onde as matérias explicitam cenas de violência acontecidas no espaço privado (dos pobres, é claro) sem qualquer cuidado em preservar a integridade moral dos sujeitos envolvidos. Em muitos programas a condição humana é revelada de forma mais escandalosa, sem limites e recalques. Trata-se de uma dinâmica de

²² Cárdua entende que a “*exclusão moral de grupos considerados à margem da sociedade (...) pode estar sendo alimentada pela ausência de uma cidadania democrática*”, pela ausência de controle do Estado pela sociedade e pela “*contínua transgressão dos direitos sociais e econômicos*” (Cárdua 1994, pág. 50).

apresentação na qual oscila a revelação do “*banal e do espetacular*”, estabelecendo-se um “*processo anestésico destinado a toldar a capacidade de discernimento do telespectador*” (Bojunga 1991, pág. 215).

Só podemos dimensionar a gravidade desses programas que seguem um estilo sensacionalista, no momento em que tomamos consciência de que eles inscrevem “*nos indivíduos valores, crenças e códigos de comportamento que os integram em estruturas institucionais da sociedade mais ampla*” (Arnt 1991, pág. 191). Importa, portanto, problematizar o conteúdo do que está sendo apresentado à população, pois longe de ser um conteúdo desinteressado, esses programas televisivos apresentam um “*(...) modelo que especula sobre nossa sensibilidade*” (Idem).

Esse é um problema que inquieta e incomoda pelo flagrante desrespeito que é produzido nos espaços midiáticos, particularmente porque transmitem valores, sentidos e significados marcados pela mais profunda intolerância, tal como podemos registrar a partir desta matéria publicada no dia 23 de dezembro de 2003, no Programa “Plantão de Polícia”. Tratava-se de uma suspeita de estupro. O apresentador faz a chamada da matéria com as seguintes palavras:

“Daqui a pouco um caso que vai revoltar a população: um homem está sendo acusado de estuprar uma criança de dois anos, enteada dele, e parece que a acusação tem fundamento, se tiver...”.

Pelo que foi enunciado, o apresentador está publicizando um fato sem certeza de sua veracidade, ferindo os citados Artigos 3º e 7º, do Código de Ética, que dita que as informações jornalísticas devem se pautar na “*ocorrência dos fatos reais*” e que o jornalista deve pautar seu trabalho no compromisso “*com a verdade dos fatos*” pela “*apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação*”. Quando o apresentador afirma que o fato “*parece*” ter fundamento, ele já revela que não tem a certeza e que não pautará sua fala nos “*fatos reais*”, mas sim em especulações e suposições.

Na seqüência da matéria o apresentador diz:

“(...) eu queria convidar você a se revoltar. Quando eu faço isso, muitas pessoas dizem: ‘Oscar, você ta querendo incentivar a violência’. Não, eu só ... sinceramente de coração, não consigo ficar calado diante de uma situação dessa. Imagine você em sua casa, uma criança de dois anos (...) imaginem um padrasto, vinte e poucos anos, ele ta sendo acusado de estuprar essa garota. Eu não quero fazer nenhum pré-julgamento até porque eu prefiro aguardar os exames, saber o que dizem os exames, se ela foi molestada ou não”.

Apesar de reconhecer que não tem o veredicto da justiça e que, por isso, não quer fazer nenhum “*pré-julgamento*” do caso, o apresentador monta todo o seu discurso como se o fato fosse verdade, inclusive, já “*convidando*” o telespectador a “*se revoltar*”.

Termina a reportagem com as seguintes palavras:

“Eu vou me privar de fazer qualquer comentário sobre esta matéria. Quero pedir a compreensão da população, porque se for confirmado, é o tipo de ser humano que mais abomino no mundo. [Aqui há uma nítida mudança de entonação, onde o repórter aumenta o tom da voz, a entonação é mais forte e agressiva, NMCS]. Com toda sinceridade que meu coração tem, eu abomino esse tipo de gente. Se for verdade (...) então, eu peço a compreensão da população para eu me privar de qualquer comentário sobre isso”. [Entra o comercial e logo depois o apresentador já está diferente, como se estivesse raivoso e indignado e afirma:] “Olha, eu acabei de receber uma ligação, informação sobre o caso desse ra... [ele não termina de dizer a palavra e continua: “O Marcão [o assistente técnico da programação], volta aí um pouquinho essa fita aí, e trás a imagem desse vagabundo. Recebi uma informação que me deixou estarecido, e a informação é de fonte seguríssima. Esse aí [apresenta uma imagem paralisada do rosto do acusado, NMCS] esse aí, com cara de chorão ... eu estava falando que era uma garota de dois anos, não é não, é um garoto de dois anos, e a informação que

eu recebi é a seguinte: o garoto está com o ânus, o único termo que eu tenho para usar é este, estraçalhado, esse vagabundo que está aparecendo agora é padrasto dele, e a informação é que ele não aceita o fato do garoto não ser filho dele. Tem ciúmes da mãe com o garoto e molestou a criança. Estraçalhou o ânus de uma criança de dois anos, um garoto. E sabe qual é a sua pena, não sou eu que vou falar não. Não. Não. Não sou eu, o que eu tenho para dizer eu não posso falar no ar, não. Eu estaria ferindo o código de ética, ou machucando algumas instituições que vão lhe proteger. O seu está guardado. Volta aqui comigo [dirigindo-se ao câmara] ... meus amigos aí da penitenciária, vocês que estão presos agora: esse rapaz que vocês estão vendo agora estuprou uma criança de dois anos. Eu sei que tem um pessoal que fica na recreação assistindo o Plantão, lá no Presídio. Eu queria que vocês recebessem ele bem, certo? Recebam ele bem, esse garoto ... é, é um garoto, é jovem, então, eu peço toda a recepção com pompas que um estuprador de crianças [aqui nesse momento ele muda a entonação expressando raiva] merece. Recebam ele bem, por favor. Trás o intervalo [ele expressa o máximo de indignação. Aqui, antes de ir para o intervalo, novamente o acusado é mostrado]”.

Simulando respeitar o Código de Ética, o apresentador afirma que vai se “*privar de fazer qualquer comentário*”, no entanto, já trás toda uma versão dos fatos que ele afirma ser de “*fonte seguríssima*”: o estupro aconteceu porque o padrasto suspeita que o filho não é seu – “*ele não aceita o fato do garoto não ser filho dele*”, “*Tem ciúmes da mãe com o garoto e molestou a criança*”. A partir dessa informação, condena o acusado afirmando que “*abomina esse tipo de gente*”, e deseja uma punição que esteja para além da pena privativa de liberdade, ou seja, quer que os presidiários o recepcionem “*com pompas que um estuprador de crianças merece*”. Dessa maneira, além de condenar o acusado, o apresentador ainda solicita que os presidiários façam uma justiça extra-institucional. Ao incitar a população a se revoltar, o apresentador assume uma postura de extrema intolerância, inclusive utilizando a televisão para se comunicar

com seus “*amigos da penitenciária*” instigando-os à violência contra o “*estuprador*”. Extrapolando sua função jornalística, o apresentador, num tom de arrogância, dirige-se ao acusado ameaçando-o: “*o seu está guardado*”.

Reconhecemos que o discurso expressa posicionamentos ideológicos que revelam o próprio sujeito mesmo naquilo que tenta apagar, nas falhas, nos equívocos e no não-dito. Isso pode ser visto no discurso desse jornalista nos seguintes termos: apesar de afirmar que não quer fazer julgamentos, nem ser anti-ético, o jornalista deixa escapar em seu discurso uma série de posicionamentos pessoais que revelam juízos de valor em relação ao fato, emitindo comentários que ferem pelo menos nesses dois pontos constituintes do 14º Artigo do Código de Ética do Jornalismo quando afirma: “*O jornalista deve: a) ouvir sempre antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas, objetos de acusações não comprovadas, feitas por terceiros, e não suficientemente demonstradas ou verificadas; b) tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulga*”. No caso relatado, o acusado apenas teve sua imagem exposta na tela, mas não teve direito à defesa.

O apresentador simulou estar buscando a verdade, quando afirma “*se for verdade*”, “*se tiver fundamento*”, mas ele já apresenta o fato ao público como se este já estivesse plenamente esclarecido: “*esse rapaz que vocês viram agora estuprou uma criança de dois anos*”, “*peço toda a recepção com pompas que um estuprador de crianças merece*”. Ao dizer que ele “*estuprou*” e identificar o acusado comum um “*estuprador de crianças*”, o apresentador revela não ter mais dúvidas sobre a versão dos fatos da forma como ele apresentou. Ao contrário, tem a certeza e é essa certeza que ele apresenta ao telespectador.

O jornalista transforma o acusado em culpado também quando utiliza, nessa mesma matéria, o discurso do Delegado que põe no ar o veredicto do caso: “*esse cara é um bandido e marginal*”. Quando o jornalista põe no ar esta fala do Delegado, um sujeito que ocupa o lugar da Lei e este se refere ao acusado como “*bandido*” e “*marginal*”, o jornalista tenta imprimir ao discurso do programa como um todo, um tom de credibilidade, legitimidade, autoridade, respaldado no

discurso do Delegado. Importante ressaltar que nem o Delegado, nem o apresentador têm a prerrogativa de julgar uma ocorrência criminal. E ao fazê-lo, induzem a sociedade a acreditar e a respaldar seu julgamento visto que os jornalistas têm a chamada “fé pública” que pressupõe que todo fato divulgado na mídia tenha um caráter de veracidade.

Interessante também chamar atenção para o fato de que o mesmo jornalista que inicialmente afirmava não querer fazer qualquer comentário sobre o acusado, dirige-se ao mesmo com as seguintes expressões: “*vagabundo*”, “*cara de chorão*” “*estuprador de crianças*”, revelando mais uma vez uma atitude de absoluta intolerância quando o desqualifica e o condenando antecipadamente. Retomando o conceito de Sônia Filipe (1998) sobre violência, no caso, o acusado está sendo vítima do apresentador, na medida em que nesta situação o acusado “*não tem possibilidade de fazer uso de sua força para garantir-se íntegro*”.

Essa é a tônica das reportagens dos dois programas que tomamos como objeto de estudo. E é essa postura que nos respalda na afirmação de que os próprios programas produzem e reproduzem a violência na sociedade. A postura anti-ética e anti-social assumida por ambos nos faz afirmar que o próprio discurso jornalístico pode ser entendido como um gesto de violência contra a sociedade. São, portanto, espaços de intolerância que obstaculizam a construção de alternativas societárias pautadas no respeito às diferenças e ao dissenso, em defesa da resolução dos conflitos pelo caminho de um projeto de democracia radical e plural, tal como nos sugere Mouffe (2003).

4. Conclusão

Constatamos que a violência tem estado tão presente nas cenas e narrativas midiáticas que tem se colocado quase como uma “*obsessão temática*” nos tempos atuais (Contreta 2002, pág. 89).

Por tudo que expomos, entendemos ser de absoluta pertinência indagarmos sobre o lugar da televisão na produção e reprodução da violência e da intolerância no tecido social, considerando que a própria prática jornalística pode ser interpretada como um ato de violência e intolerância contra os telespectadores.

Munidos de discursos sensacionalistas, arrogantes, agressivos, intolerantes, com presunção de verdade e explicitando cenas de barbárie entre sujeitos, seja no espaço público ou privado, os Programas estudados terminam por reforçar uma ideologia montada no tripé da “*cultura do medo, da violência e intolerância*”. São programações que, se por um lado, produzem gozo, por outro, produzem dor e sofrimento aos telespectadores, além de provocar danos e estragos ao tecido social, principalmente por nutrirem sentimentos de “medo social” e “angústia cultural” que empobrecem e “apequenam” a existência. São programações violentas que “empobrecem a esperança” e desestimulam qualquer aposta na capacidade de transformação a partir de práticas pautadas no respeito, no reconhecimento, na solidariedade, na sinceridade, na integridade e, portanto, na tolerância (cf. Cortella, 2005). Sem dúvida, a ausência de confiança e reconhecimento no outro torna a vida social bastante precária e empobrecida, sendo um dos fatores que produz graves fraturas no tecido social.

As narrativas e apelações dramáticas produzidas pelos programas estudados, que desfrutam de altos índices de audiência, reforçam um projeto de vida marcado pelo medo, pela intimidação e estimulam falsas soluções ao problema da violência incentivando o individualismo e o egoísmo no campo social, na medida em que todos desconfiam e se sentem ameaçados por todos. Nesses termos, os ricos enfrentam o medo buscando alternativas como construindo muros mais altos, colocando cercas eletrônicas em suas residências, contratando segurança privada para lhes proteger, comprando armas para se defenderem, blindando seus carros, morando em condomínios fechados ou ainda buscando refugiar-se em terras (nações) menos violentas. Os pobres, impotentes, têm que apelar a Deus para que seja seu “colete à prova de balas”, tal como disse o apresentador “*meu colete à prova de balas é Deus*”.

“O ódio é capaz de produzir outra coisa além do ódio?”. Essa foi a pergunta feita por Elie Wiesel por ocasião do Fórum Internacional sobre a Intolerância, acontecido na França em 1997 (2000, pág. 07). E, essa pergunta, nos faz refletir sobre o que o ódio expresso contra os supostos bandidos e criminosos, expostos cotidianamente nos programas estudados, podem produzir nos sujeitos que os assistem. O mesmo autor diz que o ódio ofusca a promessa de ser humano que “todo ser humano é portador”. E mais, nos faz pensar que não nascemos tolerantes, aprendemos a sê-lo por um processo de educação, sendo o que exige de cada ser humano uma vigilância permanente para não se tornar intolerante (cf. Elie Wiesel 2000). Essa reflexão nos faz lembrar de uma outra feita por Nancy Cardia a respeito do processo de pacificação da humanidade. Diz a autora:

“Os processos de pacificação não são irreversíveis; pelo contrário, o potencial para o dano está sempre presente, a pacificação não é uma conquista definitiva, mas um processo de conquista sem fim” (Cardia 1994, pág. 31).

Concluimos este escrito com a nítida convicção de que não podemos ser tolerantes em relação a uma programação televisiva que “glorifica do ódio”, humilha e nega, numa atitude de intolerância, a condição de ser humano a pessoas acusadas de ter cometido delitos. Não temos o direito de criar justificativas racionais para aprovar práticas de intolerância contra sujeitos que praticaram atos ilícitos muito menos contra suspeitos, construindo, assim, doutrinas de perseguição tal qual as justificaram a “caça às bruxas” no período medieval.

A idéia de direito que consubstancia uma “cultura democrática” revela que o “*pluralismo é a condição inexorável da paz*”, ao tempo em que expõe a fragilidade da conquista da tolerância em nossa sociedade. O Princípio da tolerância baseia-se na “*suposição de que uma parte da verdade pode estar em outro lugar que não nas convicções que fundamentam as tradições em que fomos educados*”. (Ricœur 2000, pág. 22). Sendo assim, não é justo nem sensato

estacionarmos diante de uma versão construída de fatos produzidas com o objetivo de atrair uma audiência sensacionalista, num nítido desrespeito ao público, desatento à perversidade de que eles próprios estão sendo vítimas.

Não podemos repetir o que a história já demonstrou ser insensato: fundar sociabilidades inscritas na rejeição dos heréticos, dos leprosos, dos judeus e homossexuais. Não podemos atualizar essas intolerâncias criminalizando pobres e miseráveis que não têm como se proteger das câmaras perversas e indiscretas da televisão (Héritier 2000, pág. 24). Em nome da “purificação” da sociedade, não podemos cair na esparrela da justificação da exclusão e da intolerância.

Neste cenário social e político de nossos tempos, marcado pela intolerância, Paul Ricœur convoca todos para a tarefa de elaborar medidas e ações sociais “*eficazes e confiáveis*”, manifestações de indignação, que despertem a sociedade do “*sono da indiferença*” superando, assim, a “*incredulidade generalizada*” que tem imobilizado parcelas significativas de nossa sociedade (Ricœur 2000, pág. 22). É preciso cuidar de construir laços de sociabilidade pautados na confiança, no respeito, na solidariedade, na reciprocidade, no reconhecimento de direitos e na justiça social.

5. BIBLIOGRAFIA

- Arnt, Ricardo.(1991). “A desordem do mundo e a ordem do jornal”, in **Rede Imaginária. Televisão e Democracia**. Org. por Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras. Págs. 170-179.
- Baierl, Luzia Fátima. (2004). **Medo Social. Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Ed. Cortez.
- Bucci, Eugênio (2004). **Videologias: ensaios sobre televisão**. Org. Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl. São Paulo: Ed. Boitempo.
- Cárdia, Nancy. (1994). “Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania e exclusão moral”, in **A Cidadania em Construção. Uma reflexão transdisciplinar**. Org. por Mary Jane Paris Spink. São Paulo: Ed. Cortez. Págs. 15-58.
- Cardoso, Clodoaldo Meneguello. (2003).**Tolerância e seus limites**. Um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Ed. UNESP.

- _____. (2005). "Tolerância: tensão entre diversidade e desigualdade", in **A Tolerância e o Intempestivo**. Org. Edson Passeti e Salete Oliveira. Cotia, SP: Ateliê Editorial. Págs. 45-57.
- Chelikani, Rao V. B. J. (1999). **Reflexões sobre a Tolerância**. Unesco. Rio de Janeiro: Garamond.
- Contreta, Malena Segura. (2002). **Mídia e Pânico. Saturação da Informação, Violência e Crime cultural na Mídia**. São Paulo: Ed. Annablume.
- Cortella, Mario Sérgio. (2005). "Recusar a destruição da convivência digna! (valores inadiáveis)", in **A Tolerância e o Intempestivo**. Org. Edson Passeti e Salete Oliveira. Cotia, SP: Ateliê Editorial. Págs. 169-176.
- Eco, Humberto (2000). "Conceito de Intolerância. Definições léxicas", in **A Intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de Março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Págs. 15-19.
- Freitas, Jeanne Marie M. (1992). **Comunicação e Psicanálise**. São Paulo: Escuta.
- Hall, Stuart (2003). "Teoria da Recepção. Reflexões sobre o método de codificação/decodificação", in **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Págs. 387-404.
- Héritier (2000). "O Eu, o Outro e a Intolerância", in **A Intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de Março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Págs.24-27.
- Lins, Daniel (2005). "Tolerância ou imagem do pensamento?", in **A Tolerância e o Intempestivo**. Org. Edson Passeti e Salete Oliveira. Cotia, SP: Ateliê Editorial.págs. 19-33.
- Mariana, Bethânia S.C. (1999). "Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: A Revolução de 30", in **Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Ensaios, nº 12. Porto Alegre: Sagra Luzzatto. Págs. 102-121.
- Martin-Barbero (2000). "La ciudad:entre medios y miedos", in *Ciudadanías deel miedo*. Org. Susana Rotker. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad. Págs. 29-35.
- Minayo, Maria Cecília S. (1994). "O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica", in **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1998). **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- Mouffe, Chantal. (2003). "Democracia, cidadania e a questão do pluralismo", in **Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vol. 1, nº 3. Florianópolis: UFCS: Cidade Futura. Págs. 11-26.

- Ricceur, Paul. (2000). "Etapa atual do pensamento sobre a Intolerância", in **A Intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de Março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Págs. 20-23.
- Rondelli, Elizabeth (1998). "Imagens da Violência", in **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. Vol. 10, nº 2, Out/98. São Paulo. Págs. 145-157.
- Sartori, Gionani (2001). **Homo Videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru, SP: EDUSC.
- Sônia Filipe et all (1998). "Violência, agressão, força. Uma tentativa de diferenciação de conceitos", in **O Corpo violentado: Estupro e atentado violento ao pudor**. Florianópolis: Ed. Da UFSC. Págs. 23-44.
- Wiesel, Elie (2000). "Prefácio", in **A Intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de Março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Págs.7-9.